

Jessé Souza – *A tolice da inteligência brasileira:* ou como o país se deixa manipular pela elite

São Paulo: LeYa, 2015

Gabriel Estides Delgado¹

Em *A tolice da inteligência brasileira*, o sociólogo Jessé Souza, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) até o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República,² elabora a síntese de um trabalho de mais de 20 anos de pesquisas cujo interesse é dos mais relevantes para a compreensão da dinâmica social contemporânea no Brasil. A publicação recupera discussão desassombrada que o autor vinha travando desde seu *A modernização seletiva* (2000). Àquela altura, dava início à crítica sistemática do cânone de interpretação brasileira de viés patrimonialista. A tradição de recepção weberiana no país, representada pelo par Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro e “atualizada” na antropologia estruturalista de Roberto DaMatta, aparecia sob forte contestação naquilo que Jessé identificou como equívoco conceitual conjunto, de funesta consequência ideológica para a autocompreensão nacional: a extensão no tempo, *ad aeternum*, de suposta influência ibérica, da qual o país fracassava em se libertar, escravizando-se seja na cordialidade pré-moderna (Buarque de Holanda), no poder “estamental” de sua elite política e burocrática (Faoro) ou no “jeitinho” do personalismo igualmente pré-moderno (DaMatta).

Em *A construção social da subcidadania* (2003), seu livro mais celebrado e de densidade teórica ímpar, Jessé passa à análise da obra de Florestan Fernandes. Contra o aplainamento do tipo ideal buarquiano *sem classe* ou a verborragia plena de imprecisões conceituais de um Faoro, Florestan surge como aliado exemplar na sua contenção contraintuitiva, que representava como ninguém a profissionalização crescente do saber universitário e o compromisso científico com a diferenciação urbana de complexidade sócio-histórica já distante, de todo, do ensaísmo autodidata. É que a modernização brasileira, em sentido amplo, não mais

¹ Doutorando em literatura na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: gabrielestides@gmail.com

² Em agosto de 2016, após a escrita deste texto, foi confirmada a deposição de Rousseff por meio de um golpe de Estado jurídico-parlamentar.

“cabia” numa sobredeterminação “atávica” de relações interpessoais infensas à ação institucional de Estado e mercado capitalistas desde logo efetivos, num processo de “europeização” que data da chegada da família real ao Rio de Janeiro.³ A tese *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a/1964; 2008b/1964) constitui-se como referência, pois, das pesquisas que Jessé irá elaborar posteriormente e pelas quais o autor talvez seja mais conhecido. Tanto em *A ralé brasileira* (2009) quanto em *Os batalhadores brasileiros* (2012/2010), há uma tentativa declarada de continuar o intuito radiográfico que Florestan havia dado início nas pesquisas sobre a população negra de São Paulo. Se, na tese de 1964, Florestan procurava entender as razões do malogro da inserção negra no mercado competitivo incipiente, nos dois livros de Jessé, que coordena equipes de pesquisadores de campo, o programa é voltar a recolher as razões da desclassificação social, no primeiro caso, e da inserção ainda precária no mercado de trabalho, no segundo caso.

É em tal pesquisa empírica, desenvolvida por Jessé Souza desde 1996 (Souza, 2012, p. 369), que o esforço teórico do autor irá se basear. Central nesse edifício hermenêutico que o sociólogo traveja com notável desenvoltura é a obra de Pierre Bourdieu. É a teoria dos capitais – econômico, cultural e social – do mestre francês (“talvez tão grande quanto Max Weber” [Souza, 2015, p. 161]) que permitirá a Jessé a identificação de um déficit secular na estruturação psicossocial das classes populares brasileiras. A carência massiva de capital cultural⁴ condena boa parte dessa população ao subemprego, ao mesmo tempo que, caso suprida minimamente por políticas públicas estruturantes, permite a ascensão de uma nova classe trabalhadora (os “batalhadores” na

³ Ainda que se posicione claramente à esquerda de Gilberto Freyre, fazendo excelente análise do mito de harmonia social forjado pelo sociólogo pernambucano (Souza, 2015, p. 29-45), Jessé não deixa de reconhecer em *Sobrados e mucambos* (Freyre, 2004/1936) uma obra-prima que trata da importação da institucionalidade ocidental moderna na primeira metade do século XIX com a chegada da corte à colônia (Souza, 2006, p. 55). A centralidade desse clássico é esquecida, por exemplo, por Florestan Fernandes, que “pula” tal etapa de modernização na história do país, passando diretamente em seu *A revolução burguesa no Brasil* (2006/1975) ao marco da constituição do Estado nacional (1822) como catalise da diferenciação de tipo moderno que viria a se instalar (Souza, 2003, p. 130-136).

⁴ “Capital cultural”, no sentido bourdieusiano, é a posse de conhecimento específico, auferido seja por títulos escolares, seja por “herança” familiar. É tanto o que qualifica a mão de obra quanto a tecnologia de desempenho de tal qualificação, isto é, a maneira de operá-la. Como bem nota Jessé (Souza, 2015, p. 226), reflete a importância central do conhecimento para a reprodução do capitalismo.

terminologia cunhada pelo autor), advinda em boa parte dos setores que seriam a “elite da ‘ralé’” (Souza, 2015, p. 211). Não se pode esquecer que à época do estudo sobre os batalhadores, Jessé foi dos primeiros a intervir no que chama de versão oficial triunfalista que nomeava os emergentes dos governos petistas como “nova classe média” (Neri, 2010; 2012). É à desconstrução desse mito que procederá propondo nomenclatura provocativa correlata (“ralé”, “batalhadores”, “classes do privilégio” – a classe média tradicional – e, por fim, “endinheirados”).

A tolice da inteligência brasileira sedimenta-se, portanto, como ponto de chegada desse trabalho tão plural e fecundo. Fora a base empírica, a agenda teórica nutre-se, como se vê, de discussão com as velhas interpretações brasileiras bem como com a escola paulista que, com Florestan, chegou ao “grau de desenvolvimento máximo” da sociologia moderna local (2015, p. 167). No entanto, é a essa altura que o argumento de Jessé mostra também debilidades. O esforço de distanciamento ao que chama de “economicismo”, com sua visão unívoca no sistema produtivo e, segundo Jessé, descurada dos aspectos simbólicos essenciais à reprodução das classes, leva-o à ênfase despropositada em sentido contrário, agora sublinhando demasiadamente os aspectos valorativos e morais da dominação social. Baseará essa inflexão, que opõe, além de Florestan, a um Francisco de Oliveira, na teoria do reconhecimento social, cujo autor mais destacado é o canadense Charles Taylor. A discussão sobre as *fontes do self* taylorianas recupera matriz teórica já presente em *A construção social da subcidadania* e propõe uma história da produção moral de valor no ocidente, à qual o posicionamento social dos sujeitos está submetido. Jessé considera importante associar tal genealogia do valor, isto é, da classificação social dos sujeitos segundo dois critérios fundamentais – a “dignidade” da conduta racional (o “*self pontual*”) e a “autenticidade” da conduta expressiva (o *self* sensível/distinto) –, ao radical contextualismo de Bourdieu, autor que, mesmo imune ao economicismo, não conseguiria, segundo Jessé, transcender as lutas interclasses pontuais por recursos escassos:

A teoria do reconhecimento pode, nesse sentido, dar conta do mecanismo generativo do “consenso normativo mínimo” compartilhado intersubjetivamente e que, na realidade, [...] filtra as chances relativas de monopólio legítimo na distribuição dos recursos escassos pelas diversas classes sociais em disputa em

dada sociedade, mecanismo este secundarizado e não devidamente tematizado por [...] Bourdieu (Souza, 2015, p. 188).

A percepção de que haja consensos de valor mínimos a produzir (des)classificação social em todo o mundo, isto é, a ênfase no fato dessa hierarquia valorativa e ideológica perpassar todo o ocidente moderno, é de extrema importância e aproxima-se mesmo da “ideologia espontânea do capitalismo” referida por Marx. No entanto, ao contrário do que pensa Jessé, está presente, sim, na obra de Bourdieu, de cuja leitura mais aberta seria possível *inferir*. No entanto, Bourdieu é cuidadoso e não permite que o mundo do valor e das ideias (da conduta subjetiva, enfim) se autonomize a ponto de desvincular-se de sua contingência material e dos interesses fundamentais dos agentes *em presença*.⁵ Recorrendo à teoria do reconhecimento social e lutando por afastar-se do marxismo mecânico – o que o leva a saudar o Marx *d’A ideologia alemã* (Souza, 2015, p. 171) – Jessé acaba por recair na valorização exagerada da reprodução simbólica e cultural, o que indica a influência weberiana forte de seu pensamento. Mas, como define Erik Olin Wright, “seria possível dizer facilmente que dentro de cada weberiano de esquerda há um marxista lutando para se manter escondido” (2015, p. 158),⁶ Jessé não deixa de reconhecer o quanto a tradição de inspiração marxista no Brasil avançou frente à escola de interpretação patrimonialista que, apesar de não descurar da dimensão simbólica da dominação social, foi e é responsável por uma recepção, segundo o autor, equivocada das categorias weberianas. Isso porque, ao fixar traços regressivos no perfil simbólico nacional, ignora a profunda historicidade do aparato conceitual weberiano, instrumentalizando noções como a de “patrimonialismo”, que dependem de conjunturas específicas⁷ e pouco têm a ver com o Brasil a não ser na *função* de conferir prestígio científico a concepções ideológicas liberais (Souza, 2015, p. 39-67). Em

⁵ Aqui, a aproximação entre Bourdieu e o marxismo é notável (Quiniou, 2000).

⁶ É na análise de classes que Weber mostraria, segundo Wright (2015, p. 153), “sua voz mais marxista”: “Ver elementos marxistas e weberianos associados na análise de classes não deveria surpreender tanto. Afinal de contas, a análise de classes de Weber deveu muito ao legado marxista, que fazia parte do discurso intelectual geral de seu tempo. Apesar de Weber ter se distanciado constantemente do marxismo, em particular por causa das inclinações deste ao determinismo econômico, que eram especialmente pronunciadas em sua época, quando fala de classes, ele está falando com uma voz um tanto marxista”.

⁷ O exemplo ao qual o conceito de “patrimonialismo estamental” mais se aproxima é o da China imperial e seu mandarinato, de todo estranho ao caso brasileiro (Souza, 2015, p. 62-64).

relação à pouca credibilidade dessa lógica, contrapõe-se o pioneirismo de um Caio Prado Júnior que, mais tarde, possibilitaria a obra de Celso Furtado e, já nos anos 1970, o ponto ótimo da dialética nativa no famoso ensaio de Francisco de Oliveira – “Crítica à razão dualista” (2003/1972):⁸

Há toda uma tradição alternativa e, no geral, [...] bem mais crítica e sofisticada que a tradição dominante culturalista/conservadora que contestamos [...]. Essa tradição entre nós começa talvez com Caio Prado Júnior e sua ênfase em localizar, no seu clássico publicado em 1942 [Formação do Brasil Contemporâneo] [...] a colonização brasileira no horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu (Souza, 2015, p. 110).

Logo, é possível ver a dimensão do aparato teórico mobilizado por Jessé. Construído detidamente desde *A modernização seletiva*, chega ao novo livro no ápice da contribuição que pode dar ao pensamento social brasileiro. *A tolice da inteligência brasileira*, como livro que sintetiza um longo percurso, recupera diversos capítulos (alguns inteiros) das obras anteriores do autor, hoje esgotadas. No entanto, o arranjo possibilita que as discussões eminentemente teóricas dos livros de 2000 e 2003 possam dialogar com os resultados das pesquisas empíricas publicadas em 2009 e 2010, o que mantém a novidade da empresa. Particularmente importante aqui é o embate levado a cabo por Jessé na última parte do livro, com os economistas Márcio Pochmann e Marcelo Neri, ex-presidentes do Ipea, aos quais Jessé sucedeu. A própria nomeação de Jessé para o cargo, quase sempre ocupado por economistas, apresentou à época notável desvio na condução estratégica do órgão. Tais diferenças são elaboradas por Jessé e avançam até os dias atuais os conflitos salutares de abordagem metodológica tão discutidos previamente no livro. Afinal, Pochmann representaria o economicismo unívoco e insuficiente, apesar da contribuição que deu à crítica do “mito da grande classe média” entre nós (Pochmann, 2012; 2014). Já no caso de Neri (também absorto em números), com sua visão “triumfalista” quanto à ascensão social no Brasil, teríamos ressuscitado, com outra roupagem, velho discurso oficial de supressão das diferenças e dos conflitos.

⁸ O estudo de Oliveira é um marco, por se constituir como superação possível da leitura cepalina anterior que, com seu foco no “contínuo afastamento” do “setor subdesenvolvido” face à expansão capitalista latino-americana, não percebia o quanto tal atraso era, na verdade, intrínseco ao dinamismo e “avanço” que o “setor capitalista” apresentava na cúpula da pirâmide social brasileira (Singer, 2012, p. 18-19).

Todo esse esforço situa *A tolice da inteligência brasileira* na linha de continuidade de dois clássicos da historiografia das ciências sociais no Brasil, a saber: o pioneiro *O caráter nacional brasileiro* (1992/1968), de Dante Moreira Leite, e o já inevitavelmente datado *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974), de Carlos Guilherme Mota (2014/1975). Com Moreira Leite, guarda semelhanças profícuas, ainda que Jessé não o cite. Apesar do marxismo acentuado do psicólogo social paulista, a intenção de ambos conflui na mesma denúncia das generalizações arquetípicas e apologéticas que marcaram o flanco mais prestigiado do ensaísmo de 1930.⁹ Quanto a Mota, há central discordância: a leitura positiva que este faz de *Os donos do poder* (2001/1958), de Faoro. Leitura que, logo vê-se, ao situar Faoro em meio a nomes como Antonio Candido, Florestan Fernandes e Ferreira Gullar (o antigo Gullar de *Vanguarda e subdesenvolvimento* [1969], leia-se), peca, no mínimo, por forçado ecletismo.¹⁰

Convite a pensar sobre como as ciências sociais, muitas vezes, contrafazem o Brasil ao longo de sua história e, portanto, estabelecer travas reflexivas às ideologias liberais hegemônicas que se utilizam dos ensaios de interpretação para galgar legitimidade “científica”, *A tolice da inteligência brasileira* é radical no enfrentamento isento de complacência com o que desbanca os bordões liberais da “meritocracia” e da (falsa) neutralidade institucional. Deve sua força à maneira como atrela incansavelmente as contradições nacionais à desigualdade social nefasta que condena o Brasil ao futuro medíocre antevisto a cada dia. Para tal, de maneira regular, almeja oferecer ao leitor a “dialética entre exploração e justificação” (Souza, 2015, p. 251), sendo que esta última deve ser

⁹ A título de comparação, é preciso lembrar que, lançado no mesmo ano, *Evolução política do Brasil* (1933), de Caio Prado Jr., não alcança nem parte da difusão lograda por *Casa-grande & senzala*.

¹⁰ Bem antes de Jessé, por ocasião da segunda edição de *Os donos do poder*, acrescida de centenas de páginas e disposta em dois volumes luxuosos, Nelson Werneck Sodré (1975) já denunciava o embuste conservador que se impunha e tão bem deveria servir ao ideário liberal, então (e ainda hoje) em franco engajamento político e econômico no país a que se dispõe a livrar do atraso de suas sempiternas raízes ibéricas... Com precisão cirúrgica, a ironia de Werneck Sodré antecipa que aquela reedição de luxo de *Os donos do poder* valeria uma cadeira na ABL ao seu autor, entre outras distinções. Do livro reeditado, surge um Leviatã cuja “estrutura de seiscentos anos” (Faoro, 2001, p. 832) está traduzida, em grandiloquente e monomaniaca fixidez, numa “camada de poder” autônoma – o estamento patrimonial, o funcionalismo, “uma categoria social, fechada sobre si mesma, [...] grupo encastelado” que age em interesse próprio “numa febre sem correspondência com a atividade econômica” (Faoro, 2001, p. 447-448). Para Jessé, a “teoria” de Faoro “não vale um vintém furado” (Souza, 2015, p. 254).

desembaraçada dos engodos ideológicos que confundem privilégio com mérito, culpabilizando, no outro extremo, a vítima pela reprodução *naturalizada* de seu fracasso. O “fracasso” tem a ver, sobretudo, com o tempo que os “endinheirados” e a classe média tradicional “roubam” das classes populares. Estas, na lida dos serviços domésticos e demais tipos subvalorizados, permitem aos patrões e seus filhos a dedicação exclusiva a “estudos e trabalhos mais rentáveis” (Souza, 2015, p. 233).

Para o entendimento das práticas artísticas e literárias em um país de tão marcante desigualdade, as várias originais contribuições de Jessé Souza – com particular destaque para a dinâmica da espoliação temporal explicitada acima –, são capazes de produzir ecos estridentes. De pronto, afastam o entendimento tão difundido de uma pretensa produtividade insubmissa das letras à realidade social que, desse modo, teriam por vocação contestar. O foco passa, inevitavelmente, às condições históricas, materiais e subjetivas que permitem a produção literária em “alto nível” de escritores e escritoras advindos, na maioria esmagadora, da classe média tradicional. A que custo social “nasce” um virtuose?

O programa oferecido, portanto, pelas ciências sociais que exercem a autoreflexividade como método, é, a nosso ver, central à crítica literária brasileira. O paralelo não é feito diretamente por Jessé, mas a abrangência relacional das categorias de reprodução evocadas permite o encontro interdisciplinar. Para deixarmos a ingenuidade que muitas vezes leva a ver cargas subversivas em artefatos de mera reiteração ideológica, é preciso voltar os olhos para uma dimensão mais básica da arte e da literatura: a reprodutiva. O que levará à constatação (e contestação...) de certa homogeneidade de disposições sociais dos atores envolvidos, com consequências temáticas e formais para as obras. Nada que não esteja presente nos demais campos sociais que exercem o trabalho da dominação, entre eles, o campo jurídico, cuja regularidade de classe salta aos olhos, e o político, que de representativo tende a ser apenas do poder econômico.

Referências

- FAORO, Raymundo (2001/1958). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo.
- FERNANDES, Florestan (2006/1975). *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.

FERNANDES, Florestan (2008a/1964). *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. 5. ed. São Paulo: Globo. v. 1.

FERNANDES, Florestan (2008b/1964). *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)*. São Paulo: Globo. V. 2.

FREYRE, Gilberto (2004/1936). *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. Apresentação de Roberto DaMatta. 15. ed. rev. São Paulo: Global.

LEITE, Dante Moreira (1992/1968). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática.

MOTA, Carlos Guilherme (2014/1975). *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): ponto de partida para uma revisão histórica*. 4. ed. São Paulo: 34.

NERI, Marcelo (2012). *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.

NERI, Marcelo (Coord.) (2010). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <https://goo.gl/jaXji2>. Acesso em: 6 jul. 2016.

OLIVEIRA, Francisco (2003/1972). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

POCHMANN, Márcio (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

POCHMANN, Márcio (2014). *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.

QUINIOU, Yvon (2000). Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. *Crítica Marxista*, n. 11, p. 44-61. Disponível em: <https://goo.gl/14HcwP>. Acesso em: 6 jul. 2016.

SINGER, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

SODRÉ, Nelson Werneck (1975). Os poderosos no justo lugar. *Opinião* (semanário), Rio de Janeiro, n. 144, p. 20, 8 de agosto.

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB.

SOUZA, Jessé (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj.

SOUZA, Jessé (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

SOUZA, Jessé (2012/2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Colaboração de Brand Arenari et al. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG.

SOUZA, Jessé (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.* São Paulo: LeYa.

SOUZA, Jessé (Org.) (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira.* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

WRIGHT, Erik Olin (2015). Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 121-163. Disponível em: <https://goo.gl/EAYXGN>. Acesso em: 6 jul. 2016.